

Educação profissional: as razões da demanda

Marcelo Neri

Gestores e pesquisadores têm o hábito de basear decisões e sugestões de política pública seguindo perspectiva de oferta, e não de demanda. O que importa é se há uma ideia relevante de política, e se a conseguimos colocá-la em produção. Frequentemente nos esquecemos de que o derradeiro teste da política pública se dá na sua aceitação, ou não, pela respectiva clientela final.

Por exemplo, quando perguntamos aos pequenos empresários qual a natureza da maior dificuldade percebida do negócio se é deficiência de tecnologias, infraestrutura, formalização, crédito, mão de obra qualificada entre outras. A resposta mais frequente é nenhuma das alternativas, mas falta de clientes ou excesso de concorrência no mercado que são elementos de demanda com mais de 2/3 das respostas dadas.

Proporção semelhante da importância de fatores de demanda é encontrada em pesquisas que perguntam ao jovem de 15 a 17 anos que não estão na escola regular: 67% são elementos de demanda, como falta de interesse ou renda. Apenas 10,9% dizem que é por que não têm escola ou vaga ou outros elementos de dificuldade de oferta.

Gosplan

Antes de partir para um grande Gosplan* de educação profissional é preciso ouvir a demanda do trabalho e do capital. Não basta ter no papel um bom plano de educação profissional que atenda às prioridades produtivas vislumbradas para a nação, mas antes de tudo ele precisa atender às aspirações dos trabalhadores e das empresas. Como na frase célebre

de Mané Garrincha, tem que combinar com os russos.

A análise da demanda por educação profissional é muito mais complexa que a da educação regular. Em primeiro lugar, a profissional é necessariamente complementar à regular, herdando todas as virtudes e defeitos da mesma. Se tradicionalmente a criação de escolas de elite profissionalizantes garante o mérito para poucos, alguns casos de sucesso da nova educação profissional privada estão em cursos que reconhecem a deficiência prévia do ensino regular dos alunos e que criam um espaço inicial de recuperação dessas defasagens, ministrando, por exemplo, aulas de Português e de Matemática antes do início do conteúdo específico.

Em segundo lugar, não há apenas um, mas dois tipos de demandantes de educação

profissional. Uma clientela de prazo mais curto, o estudante, e outra de prazo mais longo, as empresas que vão ao fim e ao cabo demandar, ou não, a nova qualificação adquirida. Basta falhar em apenas um desses elos de demanda para que a oferta de curso seja de alguma forma frustrada.

Em terceiro lugar, na educação profissional *lato sensu* as escolhas de cursos são mais heterogêneas que as da educação regular o que reforça a necessidade de se ouvir a demanda. O menu profissionalizante inclui cursos de qualificação profissional, técnico de ensino médio e graduação tecnológica numa miríade de temas indo da informática à saúde, passando por cursos de estética e de gestão, entre outros.

Em quarto lugar, essas ofertas são realizadas por atores diversos: três níveis de governo, o Sistema S, ONGs e iniciativa privada, aumentando a complexidade de se entender a demanda do termo genérico educação profissional que nem sempre tem o mesmo princípio ativo.

Nessa selva de cursos de diferentes níveis e temas ofertados por diversos atores e de mais de um demandante final, é fácil se perder no caminho. Nessa busca, é fundamental se quantificar a falta de demanda e as razões por trás da decisão de não frequentar cursos profissionalizantes

em geral. Nesse caso, olha-se para o conjunto de cursos.

Além disso, é preciso descer aos detalhes da natureza dos diferentes cursos e aprender por que a demanda inicial desaparece ao longo do tempo. Qual a extensão e as razões para a não conclusão dos diferentes cursos, ou ainda quanto e exatamente porque os egressos desses cursos não encontram colocação no mercado de trabalho. A análise deve contemplar perguntas relativas à não conclusão, ou não aceitação pelas empresas demandantes de cada um dos tipos de educação profissional cursados. Além de quantificar a extensão dessa perda de pressão de demanda ao longo do caminho, essas perguntas conseguem revelar a rejeição aos diferentes cursos por quem conheceu por dentro ou por fora seus detalhes, onde dizem morar o diabo — os ex-estudantes que os abandonaram, ou aqueles que terminaram os cursos, mas não colocaram o seu conteúdo em ação no mercado de trabalho. Pesquisa baseada no processamento e análise do suplemento especial da Pnad/2007 feito em projeto do CPS para o Senai, permite estudar o entrelaçamento das razões da falta de demanda por cursos profissionalizantes (www.fgv.br/cps/senai).

Sem motivo

Uma linha de investigação que não vem sendo explorada

Antes de partir para um Gosplan de educação profissional, é preciso ouvir a demanda do trabalho e do capital

devido à ausência de dados é composta de perguntas diretas aos jovens sem educação profissional sobre as suas respectivas falta de motivações: seria desinteresse, necessidade imediata de geração de renda, ou baixos retornos prospectivos percebidos por eles? Respondemos essa questão a partir das informações dadas diretamente por aqueles sem cursos profissionalizantes.

O principal motivo alegado para não ter frequentado instituição de ensino profissional é ligado à falta de demanda da população em geral (82,97% desses casos), e não de escassez de oferta, ou até mesmo outras razões. A motivação por ausência de demanda da população se divide por sua vez em dois tipos básicos, a saber: desinteresse intrínseco (68,8%) e falta de condições financeiras (14,17%) que a princípio é um motivo de

Falta de demanda são 73,2% das razões para a não conclusão dos cursos e 31% para não recolocação nas empresas

demanda, mas poderia ser trabalhado com a oferta de bolsas de estudo profissionalizantes como nas tentativas de atrelá-las ao programa Bolsa Família, na criação de um ProUni do ensino técnico, ou em outras iniciativas de governos sub-nacionais na área. Os demais motivos alegados dividem-se em residuais (6,57%) e carência de oferta (10,47%) dos que nunca frequentaram. As motivações de oferta, por sua vez, se dividem em inexistência de escola na região (8,64%), ausência de curso desejado na escola existente (1,4%), falta de vagas nos cursos existentes (0,43%).

A demanda por capital humano específico oferecido pelo ensino profissionalizante depende do nível de capital humano geral. O gráfico apresenta a proporção dos que nunca frequentaram a

educação profissional cruzada com os anos de estudo regular completo. A demanda pregressa por educação profissional está positivamente correlacionada com a escolaridade das pessoas, passando de 3% para os sem escolaridade regular e chegando a 23,5% aos oito anos completos de estudo, fase de entrada no ensino médio, quando cresce ainda mais aceleradamente, atingindo o ápice nos 10 a 12 anos completos de estudo regular, ocorrendo aqui um planalto em torno dos 45%. Esse é o ponto quando ocorre a passagem do ensino médio para o superior. A partir dos 12 anos de estudo a demanda começa a cair, chegando aos 31,1% nos 16 anos de estudo, quando estabiliza.

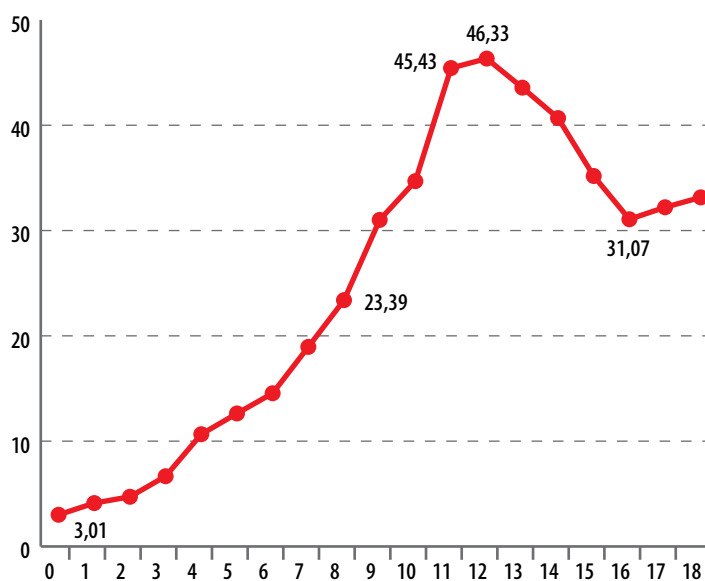
Motivos dos sem cursos profissionais relacionados à demanda por falta de recursos financeiros ou de oferta de cursos é maior para os menos educados. Por outro lado, a falta de interesse cresce para níveis mais altos de ensino regular.

Inconcluso

Quais são as razões alegadas pelos 3,3 milhões de pessoas, ou 10,8% daqueles que frequentaram os cursos de educação profissional, não tê-los terminado?

Mais uma vez os motivos de falta de demanda são predominantes com 73,2% das razões alegadas para a não conclusão

Já frequentou curso de educação profissional por anos completos de estudo regular (%)



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Supl. Pnad/IBGE.

dos cursos. Destes, o principal motivo alegado é perda de interesse (40,7%). Seguindo no *ranking* de razões da inconclusa, 32,5% são em função de problemas financeiros pessoais ou dificuldades familiares. Motivos de oferta, como cursos localizados longe, respondem apenas por 1,4% dos motivos alegados para não conclusão dos cursos. Finalmente, notem que 25,5% dos que cursaram ainda estão estudando.

No total dos egressos dos cursos profissionalizantes, 62,58% trabalham na mesma área do curso frequentado. Nos níveis de cursos técnicos mais altos é onde há maior coincidência de áreas de estudo e trabalho. A taxa de concordância de ambas sobe cerca de 10 pontos percentuais à medida que aumenta o patamar dos cursos profissionalizantes: Qualificação, 60,8%; Técnico de Nível Médio, 70,1%; e Tecnólogo de Nível Superior, 79,5%. Existe maior concordância em cursos do Sistema S do que nos cursos privados ou públicos.

Nem sempre não trabalhar na área do curso profissionalizante significa falta de demanda pelo trabalhador — pelo contrário, em alguns casos há demandas em outras áreas. No universo total de egressos que não trabalham na área do curso, existe certo equilíbrio entre as razões alegadas: 30,7% por falta de vagas na área, enquanto 31,86% mais positivamente foi opor-

tunidade melhor de trabalho que corresponde à demanda em área alternativa à do curso. Agora, mais uma vez à medida que sobe o patamar do ensino profissional, as boas notícias sobem e as más notícias caem. A existência de outras oportunidades trabalhistas dá saltos de 10 pontos percentuais entre níveis cursados: passa de 30,7% na qualificação profissional para 40,1% nos técnicos de nível médio e para 50,8% para os tecnólogos. Já a percepção de falta de vagas (demanda), cai de 31,2% na qualificação profissional para 27,9% nos técnicos de nível médio e para 18,7% no nível superior de tecnólogos.

As demais percepções como outros (resíduo) se mantêm em torno dos 22% entre os diferentes cursos, assim como a exigência de experiência fica relativamente estável em torno dos 10% entre os extremos dos cursos, sendo um pouco menor no técnico de nível médio (7,1%). O fato de o certificado de diploma não ter sido aceito pelo empregador cai, mas é pequeno mesmo na qualificação profissional (0,61%), baixando virtualmente a zero nos tecnólogos. Já a percepção de que o curso não preparou para o trabalho, embora bem maior na qualificação profissional (5%) que o virtual zero do tecnólogo, ainda é relativamente pequena.

A oferta em si de cursos profissionalizantes, não cria a sua própria demanda no

A percepção de que o curso não preparou para o trabalho, embora maior na qualificação profissional (5%) que o virtual zero do tecnólogo, é pequena

mercado. Se acreditamos na relevância produtiva dos cursos profissionalizantes, parodiando John Maynard Keynes pai da macroeconomia e do princípio da demanda efetiva, “não devemos esquecer que entre a taça e os lábios existem vários percalços”: de demanda dizem estudantes, empregados e empresários. ■

Marcelo Neri – Centro de Políticas Sociais e Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV
mcneri@fgv.br e www.fgv.br/cps

*Gosplan (Госплан) era o nome coloquial da política de economia planejada da União Soviética (Wikipédia).